



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 04/03/2015

LEI Nº 7529, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.

(Vide regulamentação dada pelo Decreto nº [299/2009](#))

DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN).

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DO FATO GERADOR

Art. 1º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista prevista no Anexo I desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços do Anexo I, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O ISSQN incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º Incluem-se entre os sorteios referidos no subitem 19.01 da lista do Anexo I aqueles efetuados mediante inscrição automática por qualquer meio, desde que a captação de inscrições alcance participante neste Município.

§ 5º Além dos serviços constantes da lista do Anexo I, serão tributados os serviços que vierem a ser definidos por lei complementar federal após a publicação desta Lei.

§ 6º A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do resultado financeiro obtido;

IV - da destinação dos serviços;

V - da denominação dada ao serviço prestado.

~~§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se prestação de serviços os projetos de engenharia, suprimentos, montagem, construção, instalação e manutenção eletro-mecânica em plataformas de produção petrolífera, além dos serviços de engenharia estrutural e naval. (Redação acrescida pela Lei nº 8146/2009)~~

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se prestação de serviços os projetos de engenharia, suprimentos, montagem, construção, instalação e manutenção eletro-mecânica em plataformas de produção petrolífera, além dos serviços de engenharia estrutural e naval. (Redação dada pela Lei nº 8280/2011)

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do país;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos neste Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

CAPÍTULO III DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, o serviço considera-se prestado e o imposto devido ao Município de Campos dos Goytacazes nas hipóteses previstas abaixo:

I - quando o serviço for proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País e tomado ou intermediado por pessoa física ou jurídica estabelecida ou, na falta de estabelecimento, domiciliada neste Município, na hipótese do § 1º do artigo 1º desta Lei;

II - na instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do Anexo I;

III - na execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.19 da lista do Anexo I;

IV - na demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do Anexo I;

V - nas edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do Anexo I;

VI - na execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do Anexo I;

VII - na execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do Anexo I;

VIII - na execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do Anexo I;

IX - no controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do Anexo I;

X - no florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do Anexo I;

XI - na execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista do Anexo I;

XII - na limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista do Anexo I;

XIII - na guarda ou estacionamento do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do Anexo I;

XIV - na vigilância, segurança ou monitoramento dos bens das pessoas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do Anexo I;

XV - no armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do Anexo I;

XVI - na execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do Anexo I;

XVII - na execução do transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista do Anexo I;

XVIII - no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista do Anexo I, quando o estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, estiver situado neste Município;

XIX - no planejamento, organização e administração de feira, exposição, congresso ou congênere, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista do Anexo I;

XX - na prestação dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários ou metroviários, descritos no item 20 da lista do Anexo I.

§ 2º No caso dos serviços a que se referem os subitens 3.04 e 22.01 da lista do Anexo I, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município em relação à extensão, no seu território:

I - da ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II - da rodovia explorada.

§ 3º No caso dos serviços executados em águas marítimas, dentro dos limites e projeções da área continental ou mar territorial municipal, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador dos serviços, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 5º Contribuinte do ISSQN é o prestador do serviço.

Art. 6º O tomador ou intermediário do serviço é responsável pelo recolhimento integral do imposto devido, inclusive multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o prestador de serviço:

I - não emitir Nota Fiscal ou outro documento permitido pela legislação tributária;

II - não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no Cadastro Fiscal do Município, caso não esteja obrigado a emitir Nota Fiscal ou documento permitido.

~~§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:~~

- ~~- I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;~~
- ~~- II - os órgãos da Administração Direta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista do Anexo I;~~
- ~~- III - os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 11.02, 17.05 e 17.10;~~
- ~~- IV - as incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.17, 7.18, 7.19 e 17.04, ainda que o pagamento de serviços seja feito diretamente pelo dono da obra ou contratado;~~
- ~~- V - as sociedades empresárias estabelecidas no Município que explorem serviços de plano de saúde ou de assistência médica, hospitalar e odontológica através de planos de medicina de grupo ou individual e convênios, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 4.02, 4.03, 4.17, 4.19 e 10.01;~~
- ~~- VI - os hospitais e clínicas privadas, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 4.02, 7.10 e 11.02;~~
- ~~- VII - os estabelecimentos privados de ensino, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.10 e 11.02;~~
- ~~- VIII - as sociedades empresárias prestadoras de serviços de radiodifusão, inclusive os de televisão;~~

tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens 7.10, 11.02 e 37.01;

- ~~IX - as administradoras de bingos, apostas, sorteios e congêneres, pelo imposto devido por pessoas jurídicas autorizadas a explorar tais atividades;~~
- ~~X - as sociedades empresárias e cooperativas do setor sucroalcooleiro, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.10, 14.01, 14.06, 17.04 e 17.05 da lista do Anexo I;~~
- ~~XI - as cooperativas e sociedades do setor rural, quando os serviços descritos na lista do Anexo I forem contratados pelas mesmas e prestados na forma do artigo 3º desta Lei;~~
- ~~XII - as empresas que explorem atividades de fornecimento de água, esgoto, luz, telefonia, transporte, correios e telégrafos, quando os serviços descritos na lista do Anexo I forem contratados pelas mesmas e prestados na forma do artigo 3º desta Lei;~~
- ~~XIII - as concessionárias de serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais, suas subsidiárias ou qualquer outra empresária que explore o mesmo ramo de atividade, quando os serviços descritos na lista do Anexo I forem contratados pelas mesmas e prestados na forma do artigo 3º desta Lei;~~
- ~~XIV - os que permitirem em suas bases ou domicílios exploração de atividade tributável, sem estar o prestador do serviço inscrito no Cadastro Fiscal do Município;~~

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, são responsáveis pela retenção na fonte e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - os órgãos da administração pública direta, da União e do Estado, bem como suas respectivas autarquias e fundações, Empresas Públicas e Sociedades de economia mista, estabelecidos ou sediados no Município, tomadores ou intermediários dos serviços descritos no artigo 3º § 1º, II a XX, da Lei 7.529/03.

III - as pessoas jurídicas estabelecidas ou domiciliadas neste Município, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens previstos nos incisos II a XX do artigo 3º § 1º da Lei 7.529/03. (Redação dada pela Lei nº 8617/2015)

§ 2º Os responsáveis de que trata este artigo deverão reter o imposto das contratadas ou subcontratadas no ato do pagamento das respectivas notas fiscais.

§ 3º Quando o prestador de serviços, ainda que autônomo, não fizer prova de sua inscrição, o usuário deverá reter o imposto incidente e recolhê-lo à Fazenda Municipal, dentro dos prazos fixados.

§ 4º As pessoas físicas e jurídicas referidas nos incisos do § 1º e no caput deste artigo deverão repassar ao Tesouro Municipal o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

§ 5º As pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas por regime de imunidade ou isenção tributária não estão excluídas da qualidade de responsáveis pelo crédito tributário, nas hipóteses que a legislação tributária definir.

Art. 6º A. Os órgãos da Administração Direta do Município, bem como suas respectivas Empresas Públicas e Fundações instituídas pelo Poder Público são responsáveis também pelo recolhimento integral do imposto devido, referentes aos serviços descritos nos subitens 1.01 a 3.04, 4.01 a 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.11, 7.13, 7.18, 7.20, a 11.01, 11.02, 11.03 a 12.17, 13.02 a 17.04, 17.06, 17.08, 17.10 a 26.01, da Lista do Anexo I, quando o sujeito passivo for estabelecido ou sediado no Município.

- ~~Parágrafo único. Enquadram-se no disposto neste artigo as hipóteses prevista no artigo 3º, § 1º. (Redação acrescida pela Lei nº 7796/2005)~~

Art. 6º-A Fica atribuída a responsabilidade na qualidade do contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN, as pessoas jurídicas de direito público e direito privado, estabelecidas neste município, a serem elencadas em regulamento pelo Poder Executivo, que contratarem e se utilizarem de qualquer serviço constante da lista de serviços sujeito ao imposto.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, cabe ao substituto reter na fonte o valor correspondente ao imposto devido e recolhê-lo no prazo regulamentar.

§ 2º A retenção a que se refere o caput deste artigo abrange todos os serviços constantes da lista de serviços tributáveis, desde que o ISSQN seja devido ao município.

§ 3º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 4º Para efeitos desta lei, os responsáveis por substituição tributária equiparam-se aos contribuintes do imposto no que tange às obrigações principal e acessória.

§ 5º A responsabilidade de que trata este artigo será considerada satisfeita mediante o pagamento integral do imposto calculado sobre o preço do serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida pelo prestador do serviço.

§ 6º Os prestadores de serviços alcançados pela retenção do ISSQN não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias prevista na legislação tributária, devendo manter controle, em separado, das operações sujeitas a esse regime, na conformidade do regulamento. (Redação dada pela Lei nº 8617/2015)

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - profissional autônomo, todo aquele que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício, com auxílio de, no máximo, dois empregados que não possuam a mesma habilitação do empregador;

II - sociedade empresária:

a) toda e qualquer pessoa jurídica que exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a prestação de serviços;

b) a sociedade simples cuja atividade de prestação de serviços constituir elemento de empresa;

c) a pessoa física que admitir, para o exercício de sua atividade profissional, mais do que 02 (dois) empregados, ou 01 (um) ou mais profissionais da mesma habilitação do empregador;

d) a sociedade não personificada que exercer atividade de prestação de serviços;

e) o condomínio que prestar serviços a terceiros.

III - empresário individual, toda e qualquer pessoa física que exercer profissionalmente atividade organizada para a prestação de serviços;

IV - trabalhador avulso, aquele que exercer atividade de caráter eventual, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;

CAPÍTULO V DA BASE DE CÁLCULO

Art. 8º A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se preço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, sem prejuízo do disposto nesta Seção.

§ 2º Integram a base de cálculo:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, inclusive o reajuste do preço do serviço por atraso de pagamento;

II - os ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade;

III - os valores estendidos direta ou indiretamente, em favor de outros prestadores de serviços, a título de participação, co-participação ou demais formas da espécie;

IV - os descontos ou abatimentos concedidos sob condição;

V - o valor declarado do imposto, quando existirem evidências de que o mesmo foi computado fora do preço do serviço.

§ 3º Não integram a base de cálculo do imposto os valores relativos a materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I.

§ 4º Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o resultante de sua conversão em moeda nacional, ao câmbio da data da ocorrência do fato gerador.

§ 5º Quando os serviços descritos pelos subitens 3.04 e 22.01 da lista do Anexo I forem prestados no território deste Município e de outros, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 6º Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra e encargos sociais, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

§ 7º Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro ou em materiais provenientes do desmonte.

§ 9º Os profissionais autônomos que exercerem mais de uma atividade contribuirão com o imposto correspondente a cada uma.

§ 10 Quando o sujeito passivo exercer atividades tributáveis por alíquotas diferentes, inclusive atividades beneficiadas por deduções e isenções, e se na escrita fiscal não estiverem separadas as operações, o imposto será calculado sobre a receita total e pela alíquota mais elevada.

§ 11 Nos contratos de construção firmados antes do "habite-se" entre incorporador que acumule esta qualidade com a de construtor e os adquirentes de frações ideais do terreno, a base de cálculo será o preço das cotas de construção, deduzido, proporcionalmente, do valor dos materiais.

CAPÍTULO VI DAS ALÍQUOTAS

Art. 9º O ISSQN será calculado aplicando-se à base de cálculo as alíquotas correspondentes, na forma da lista de serviços do Anexo I desta Lei.

§ 1º Quando se tratar de profissional autônomo prestador de serviço, a alíquota corresponderá a valores fixos, expressos na tabela do Anexo II desta Lei.

§ 2º Quando se tratar de empresário individual ou pessoa física equiparada, a alíquota corresponderá ao percentual expresso na lista de serviços do Anexo I.

Art. 10 As alíquotas do ISSQN têm os seguintes limites:

~~I - mínimo de 2% (dois por cento);~~

~~I - mínimo de 1% (um por cento). (Redação dada pela Lei nº 8280/2011)~~

I - mínimo de 2% (dois por cento); (Redação dada pela Lei nº 8627/2015)

II - máximo de 5% (cinco por cento).

Art. 10-A A título de incentivo fiscal ficam concedidos os seguintes redutores de alíquotas do ISSQN devido por contribuintes inscritos na Secretaria Municipal de Finanças, nos casos específicos abaixo relacionados:

I - redutor de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre a alíquota aplicável, em se tratando de serviços prestados à PETROBRAS S/A - Petróleo Brasileiro S/A - ou a empresas afins por qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que através de sub-empregada;

II - redutor de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre a alíquota aplicável, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data do deferimento de seu requerimento, em se tratando de quaisquer atividades de empresas prestadoras de serviços, desde que instaladas a partir do mês de junho de 2011, em qualquer parte do território deste Município;

III - redutor de 50,00% (cinquenta por cento) sobre a alíquota aplicável, em se tratando de serviços prestados por empresas que firmem convênio de responsabilidade social junto à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, conforme dispuser regulamento;

IV - redutor de 25,00% (vinte e cinco por cento) sobre a alíquota aplicável, em se tratando de serviços prestados pela PETROBRÁS.

§ 1º Em hipótese alguma, a redução a que se referem os incisos deste artigo poderá ser cumulada, bem como resultar na aplicação de alíquota inferior a 2,00% (dois por cento).

§ 2º Os benefícios instituídos neste artigo ficam também condicionados ao pagamento do imposto dentro do prazo previsto no Calendário Fiscal.

§ 3º Os redutores de que trata este artigo serão aplicados apenas em favor das empresas que atuam sob o regime offshore. (Redação acrescida pela Lei nº 8238/2011)

CAPÍTULO VII DO LANÇAMENTO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 11 Os atos praticados pelo sujeito passivo, para efeito de apuração do imposto, deverão estar em consonância com a legislação tributária, relativamente às obrigações principais e acessórias, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer ação ou omissão que constitua infração aos dispositivos legais, inclusive quanto àquelas praticadas por prepostos seus.

Art. 12 Os contribuintes cujo ISSQN for calculado por meio de alíquotas percentuais, está sujeito ao lançamento por homologação, devendo providenciar o recolhimento do tributo até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, por meio de documento próprio, independentemente de qualquer aviso ou notificação..

§ 1º O disposto neste artigo não exclui o dever de declarar o fato de não haver importância a recolher.

§ 2º A declaração a que se refere o § 1º deste artigo será preenchida anualmente, em modelo instituído pela Secretaria Municipal de Fazenda, que conterá:

I - a identificação do contribuinte;

II - a atividade exercida;

III - o número de inscrição do contribuinte no Cadastro Fiscal do Município;

IV - a data do fato;

V - a assinatura do responsável e o respectivo carimbo.

~~**Art. 13** Os responsáveis pelos valores retidos na fonte deverão recolher o imposto na forma e prazos fixados em regulamento.~~

Art. 13 Os responsáveis pelos valores retidos na fonte deverão recolher o imposto na forma e prazos fixados nesta lei. (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

Art. 14 O lançamento será efetuado de ofício:

I - na hipótese de contribuintes sujeitos à tributação fixa;

~~II - mediante Auto de Infração, quando se tratar de aplicação de sanções por descumprimento à legislação tributária;~~

II - mediante Auto de Infração, nos casos de apuração de imposto não recolhido ou recolhido a menor e quando se tratar de aplicação de sanções por descumprimento à legislação tributária. (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

~~III - mediante Auto de Constatação e Notificação de Lançamento, nos casos de apuração de imposto não recolhido ou recolhido a menor.~~

III - mediante Auto de Constatação e Notificação de Lançamento. (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

Parágrafo único. O Auto de Infração e o Auto de Constatação e Notificação de Lançamento deverão ser protocolizados na Secretaria Municipal de Fazenda pelo agente autuante no prazo 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 15 O contribuinte que exercer atividade tributável sobre o preço do serviço, ainda que submetido ao regime de pagamento do imposto por estimativa, deverá escriturar mensalmente todas as operações realizadas, em livro fiscal próprio, ressalvado:

- I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização.

Parágrafo único. O mês de competência para apuração da base de cálculo será o de ocorrência do fato gerador, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei ou em regulamento.

Seção II Da Notificação

Art. 16 Os contribuintes sujeitos à tributação fixa serão notificados da exigência mediante:

I - comunicação por via postal, sob registro, inclusive recebimento do carnê de pagamento do imposto;

II - edital publicado no órgão oficial do Município e afixado na sede administrativa do Município.

§ 1º O edital de notificação conterá:

- I - nome do contribuinte com a respectiva inscrição municipal;
- II - atividade explorada pelo contribuinte;
- III - valor do imposto;
- IV - prazo para pagamento;
- V - prazo para impugnação da exigência.

§ 2º O contribuinte que deixar de receber o carnê de pagamento no prazo de vencimento da cota única ou da primeira parcela deverá retirá-lo na Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção III Do Arbitramento

Art. 17 O valor do ISSQN será lançado a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

I - não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livro ou qualquer outro documento fiscal;

II - serem omissos ou pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;

III - existência de atos qualificados em lei, como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essas qualificações sejam praticados como dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de livros e documentos do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

IV - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;

V - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VI - prática de subfaturamentos ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VII - o contribuinte não possuir documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória;

VIII - flagrante insuficiência do imposto pago face ao volume dos serviços prestados;

IX - serviços prestados sem a determinação do preço ou título de cortesia.

§ 1º O arbitramento referir-se-á, exclusivamente, aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

§ 2º Nas hipóteses previstas neste artigo, o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerará conforme o caso:

I - pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes da mesma atividade, em condições semelhantes;

II - peculiaridades inerentes à atividade exercida;

III - fatos ou aspectos que exteriorizam a situação econômico-financeira do sujeito passivo;

IV - preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;

V - valor de despesas como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia, comunicação e outras, bem como dos materiais empregados na prestação dos serviços, observado o § 3º do artigo 8º desta Lei.

§ 3º Do imposto resultante do arbitramento, serão deduzidos os pagamentos realizados no período.

§ 4º O arbitramento não exclui a incidência da atualização monetária do débito do imposto que venha a ser apurado, de acréscimo de juros e multas de mora, nem da sanção por descumprimento da obrigação acessória, prevista na legislação tributária.

Seção IV Da Estimativa

Art. 18 O valor do ISSQN poderá ser fixado pela autoridade fiscal a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas nesta Lei e na legislação tributária;

IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhem, a exclusivo critério de autoridade competente, tratamento fiscal específico.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja da natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, o imposto deverá ser pago antecipadamente e não poderá o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento do mesmo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.

Art. 19 A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II - o preço corrente dos serviços;

III - o volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;

IV - o local onde se estabelecer o contribuinte;

V - a natureza do acontecimento a que se vincula a atividade.

§ 1º O valor da base de cálculo estimada será expresso em UFICA.

§ 2º A fixação da estimativa ou sua revisão, quando por ato do titular da repartição incumbido do lançamento do tributo, será feita mediante processo regular em que constem os elementos que fundamentem a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura e sob a responsabilidade do referido titular.

Art. 20 Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão ser dispensados do cumprimento das obrigações acessórias, conforme dispuser o regulamento.

Art. 21 Quando a estimativa tiver fundamento no inciso IV do artigo 18 desta Lei, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§ 1º A opção será manifestada por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do despacho onde se estabeleça a inclusão do contribuinte no regime de estimativa, sob pena de preclusão.

§ 2º O contribuinte optante ficará sujeito às disposições aplicáveis aos contribuintes em geral.

Art. 22 O regime de estimativa de que trata o artigo anterior, à falta de opção aludida em seu caput e parágrafos, valerá, no mínimo, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período,

sucessivamente, desde que convertido em UFICA.

§ 1º Até 30 (trinta) dias antes de findo cada período, poderá o contribuinte manifestar a opção de que trata o artigo anterior, em relação ao período que se seguir.

§ 2º Sem prejuízo do disposto neste artigo, a autoridade poderá cancelar o regime de estimativa ou rever, a qualquer tempo, a base de cálculo estimada.

Art. 23 Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do respectivo despacho, apresentar impugnação contra o valor estimado.

§ 1º A impugnação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como elementos para a sua aferição.

§ 2º Julgada procedente a impugnação, a diferença e maior, recolhendo a pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos dos meses seguintes ou restituída, se for o caso.

Art. 24 Em qualquer tempo, e atendendo à representação do Diretor do Departamento de Fiscalização e Controle, o Secretário Municipal de Fazenda poderá cassar o regime de estimativa.

CAPÍTULO VIII DO PAGAMENTO

Art. 25 O pagamento do ISSQN será feito por guia própria, segundo modelo aprovado pela Secretaria Municipal de fazenda.

~~Parágrafo Único - O Município fará publicar, anualmente, as formas e os prazos de pagamento do imposto, conforme dispuser o regulamento. (Revogado pela Lei nº 7796/2005)~~

Art. 26 O contribuinte que exercer atividade tributável sobre o preço do serviço, independentemente de recebê-lo, fica obrigado ao pagamento do imposto, na forma e nos prazos fixados nesta Lei e na legislação tributária.

Parágrafo único. Nos recebimentos posteriores à prestação de serviço, o mês de competência é o da ocorrência do fato gerador.

Art. 27 Quando o contribuinte, antes ou durante a prestação dos serviços, receber dinheiro, bens ou direitos como sinal, adiantamento ou pagamento antecipado do preço, deverá pagar o imposto sobre os valores recebidos, na forma e nos prazos fixados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Incluem-se na norma deste artigo as permutações de serviços ou quaisquer outras contraprestações compromissadas pelas partes em virtude da prestação de serviços.

Art. 28 No caso de omissão do registro e operações tributáveis ou de recebimentos referidos no artigo anterior, considera-se devido o imposto no momento da operação ou do recebimento obtido.

Art. 29 Quando a prestação do serviço contratado for dividida em etapas e os preços em parcelas, considera-se devido o imposto:

I - no mês em que for concluída qualquer etapa a que estiver vinculada a exigibilidade de uma parte do preço;

II - no mês do vencimento de cada parcela, se o preço deva ser pago ao longo da execução do serviço.

§ 1º O saldo do preço do serviço compõe o envolvimento do mês em que for concluída ou cessada a sua prestação, no qual deverão ser integradas as importâncias que o prestador tenha a receber a qualquer título.

§ 2º Quando o preço estiver expresso em quantidades de índices monetários reajustáveis, far-se-á a sua conversão pelo valor relativo ao mês que ele deva integrar.

Art. 30 Os contribuintes sujeitos a lançamentos por homologação deverão providenciar o recolhimento do tributo até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, por meio de documento próprio, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

CAPÍTULO IX DA INSCRIÇÃO

Art. 31 Toda pessoa física ou jurídica, cuja atividade esteja sujeita ao ISSQN, ainda que isenta ou imune, deverá inscrever-se na repartição fiscal competente antes de iniciar quaisquer atividades.

§ 1º É também obrigado a inscrever-se aquele que, embora não estabelecido neste Município, exerça em seu território, em caráter permanente ou temporário, atividade sujeita ao imposto.

§ 2º Estão excluídos da obrigação prevista neste artigo os profissionais autônomos não estabelecidos, constantes do inciso V do artigo 46 desta Lei.

Art. 32 A inscrição far-se-á através de solicitação do interessado ou de seu representante legal, com preenchimento de formulário próprio, que conterá:

I - o nome empresarial ou razão social, sob cuja responsabilidade deva funcionar a sociedade ou ser exercida a empresa;

II - o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal (CNPJ);

II - A identificação do tipo jurídico de sociedade;

III - a localização do estabelecimento empresarial, compreendendo o logradouro, o número de inscrição no Cadastro Imobiliário do Município, a área total do imóvel ocupado pela sociedade, a numeração do prédio, pavimento, sala ou dependência, conforme o caso, bem como qualquer outro elemento que contribua para a correta localização;

IV - a atividade principal e acessória;

V - a identificação dos sócios, compreendendo nome, residência, domicílio, telefones, estado civil e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);

VI - a indicação dos sócios-administradores.

Art. 33 Efetivada a inscrição, será fornecido ao sujeito passivo um documento de identificação, no qual será indicado o número de inscrição que constará, obrigatoriamente, de todos os impressos fiscais que utilizar e de todas as petições que apresentar à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único. O documento de identificação a que se refere este artigo permanecerá

obrigatoriamente no estabelecimento, no original ou em fotocópia autêntica, para pronta exibição à fiscalização.

Art. 34 As alterações ocorridas nos dados declarados pelo sujeito passivo para obter a inscrição, assim como a paralisação temporária da atividade, serão comunicadas à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que ocorrer o fato.

Art. 35 O contribuinte é obrigado a comunicar à repartição fiscal competente a cessação da empresa, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de cessação das atividades, através de requerimento de baixa.

Art. 36 As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsáveis no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam em sua aceitação pela Fazenda Pública Municipal, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 37 A inscrição, alteração ou ratificação poderá ser feita de ofício pela autoridade competente e, neste caso, não exime o infrator de multas e tributos devidos.

Art. 38 Quando se verificar a falta de recolhimento do imposto por mais de 02 (dois) anos, em razão da impossibilidade de ser localizado o endereço do contribuinte que não mais exerça sua atividade no domicílio fiscal, a inscrição do mesmo poderá ser baixada de ofício pela autoridade fazendária competente.

Parágrafo único. A anotação de cassação ou paralisação da empresa não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

Art. 39 Compete ao Secretário Municipal de Fazenda estabelecer o modelo dos documentos e formulários, assim como os procedimentos e as demais normas pertinentes ao processamento da inscrição e da baixa.

CAPÍTULO X DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 40 Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozam de imunidade ou da isenção e que, de qualquer modo, participam de operações relacionadas direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo disposição em contrário, ao cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária e em regulamento, sob sanção de responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto.

Art. 41 As obrigações acessórias constantes do regulamento não excluem outras, de caráter geral e comum a vários tributos, previstas na legislação própria.

Art. 42 O Poder Executivo, através de regulamento, estabelecerá as obrigações acessórias, inclusive quanto aos livros fiscais e sua escrituração, documentos fiscais e sua autorização de impressão, nota fiscal de serviços e suas hipóteses de substituição, regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais e demais obrigações relativas ao controle e fiscalização do imposto.

Parágrafo único. O regulamento poderá delegar ao Secretário Municipal de Fazenda poderes para instituir os modelos e formas de escrituração de livros, mapas e documentos fiscais que o contribuinte esteja obrigado a utilizar.

CAPÍTULO XI DAS PENALIDADES

Art. 43 O sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza está sujeito às seguintes penalidades, quando:

I - iniciar suas atividades sem se inscrever na repartição competente:

- a) se pessoa física, multa de 01 (uma) UFICA por ano ou fração do ano, em que incorrer na infração;
- b) se pessoa jurídica, multa de 01 (uma) UFICA por mês ou fração de mês, em que incorrer a infração;

~~II - embora inscrito, utilizar-se de livro ou documento fiscal sem a autenticação da repartição fiscal competente: multa de 0,3 (três décimos) da UFICA, por livro ou documento, por mês ou fração de mês em que haja utilizado tal livro ou documento sem a prévia autenticação, até o limite de 03 (três) UFICAs;~~

II - embora inscrito, utilizar-se de livro ou documento fiscal sem a autenticação da repartição fiscal competente: multa de 01 (uma) UFICA, por livro ou documento, por mês ou fração de mês em que haja utilizado tal livro ou documento sem a prévia autenticação, até o limite de 05 UFICA's. (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

~~III - embora estando inscrito, funcionar sem possuir qualquer dos livros ou documentos fiscais exigidos, ou, no caso, de ter mais de um estabelecimento, não possuir, em cada um deles, os livros os documentos exigidos, multa de 0,4 (quatro décimos) da UFICA, por livros ou documentos, por mês ou fração de mês durante o qual funcionar sem os mesmos, até o limite de 04 (quatro) UFICAs;~~

III - embora estando inscrito, funcionar sem possuir qualquer dos livros ou documentos fiscais exigidos, ou, no caso, de ter mais de um estabelecimento, não possuir, em cada um deles, os livros os documentos exigidos, multa de 01 (uma) UFICA, por livros ou documentos, por mês ou fração de mês durante o qual funcionar sem os mesmos, até o limite de 05 (cinco) UFICA's; (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

IV - não observar, na escrituração dos documentos e livros fiscais, as normas estabelecidas no regulamento; multa de 01 (uma) UFICA, sobre cada infração;

V - deixar de efetuar o pagamento do imposto, no todo ou em parte, na forma e dentro dos prazos e que, embora possuindo todos os comprovantes necessários à escrituração de seus livros, tenha deixado de escriturá-los: multa de 40% (quarenta por cento) do imposto corrigido;

VI - deixar de efetuar o pagamento do imposto, no todo ou em parte, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, quando devidamente escriturados, ou no caso de atividade sujeita a tributação fixa: multa de 30% (trinta por cento) do imposto corrigido;

VII - deixar de apresentar a declaração fiscal obrigatória, no caso de atividade tributária por importância fixa, ou apresentar declaração inexata, que determine falta de cobrança do imposto ou cobrança a menor do que o devido: multa correspondente a 100% (cem por cento) da soma dos impostos ou das diferenças de imposto que tenham deixado de ser pagos até o momento em que venha a ser apresentada a declaração ou retificada a declaração inexata;

VIII - os prestadores de serviços de composição gráfica que:

a) fizerem impressão de documentos fiscais em desacordo com os modelos aprovados: multa de 05 (cinco) UFICAs, aplicável à gráfica, e de 0,5 (cinco décimos) da UFICA ao usuário do impresso, por documento emitido;

b) fizerem a impressão de documentos fiscais sem a prévia autorização do Fisco: multa de 09 (nove) UFICAs, tanto para o estabelecimento gráfico, quanto para o usuário do impresso;

IX - emitir Nota Fiscal de série diversa da prevista para a operação: multa de 01 (uma) UFICA;

X - emitir documento fiscal, consignando qualquer das indicações exigidas de forma ilegível ou inexata: multa de 01 (uma) UFICA;

XI - deixar de fornecer a relação de operações realizadas, ou uma via dos documentos fiscais, dentro dos prazos regulamentares: multa de 0,5 (cinco décimos) da UFICA, conforme o caso, por mês ou fração de mês que deixar passar sem cumprir a obrigação;

~~XII - extraviar livros ou documentos fiscais, inutilizar ou dar margem à sua inutilização, ou deixar de conservá-los pelo prazo de 05 (cinco) anos: multa de 05 (cinco) UFICAs;~~

XII - extraviar livros ou documentos fiscais, inutilizar ou dar margem à sua inutilização, ou deixar de conservá-los pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso de restabelecer a escrita até 30 (trinta) dias contados da comunicação do extravio ou inutilização à repartição fiscal competente multa de 05 (cinco) UFICA's; (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

~~XIII - no caso de restabelecer a escrita espontaneamente, até 30 (trinta) dias contados da comunicação do extravio ou inutilização à repartição fiscal competente: multa de 09 (nove) UFICAs; quando for impossível o restabelecimento da escrita até o trigésimo primeiro dia, contado da referida comunicação, caso em que, obrigatoriamente, o valor do imposto referente às operações não comprovadas será arbitrado;~~

XIII - extraviar livros ou documentos fiscais, inutilizar ou dar margem à sua inutilização, ou deixar de conservá-los pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso de deixar de restabelecer a escrita após 30 (trinta) dias contados da comunicação do extravio ou inutilização à repartição fiscal competente: multa de 09 (nove) UFICAs, quando for impossível o restabelecimento da escrita até o trigésimo primeiro dia, contado da referida comunicação, caso em que, obrigatoriamente, o valor do imposto referente às operações não comprovadas será arbitrado; (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

XIV - atrasar-se na escrituração dos livros fiscais: multa de 01 (uma) UFICA, por mês, por fração de mês e por livro;

XV - continuar a exercer a atividade, depois de afixado o edital de interdição: multa fixa de 05 (cinco) UFICAs e mais uma multa que variará de 0,2 (dois décimos) a 0,5 (cinco décimos) da UFICA, por dia que continuar no exercício da atividade, graduada pela autoridade competente, de acordo com o vulto do imposto que recair sobre a atividade do infrator.

XVI - o imposto a recolher for fixado através de arbitramento, inclusive em relação a prestação de serviço realizado por estabelecimento não inscrito: multa de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto corrigido;

XVII - deixar de efetuar pagamento do imposto, no todo ou em parte, na forma e dentro dos prazos, no caso de atividade cuja base de cálculo seja estimada: multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto corrigido;

~~XVIII - deixar de reter o imposto devido, na qualidade de tomador do serviço e nas hipóteses determinadas desta Lei e na legislação tributária: multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto corrigido;~~

XVIII - deixar de reter o imposto devido, na qualidade de tomador do serviço e nas hipóteses determinadas desta Lei e na legislação tributária: multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do

[imposto corrigido; \(Redação dada pela Lei nº 7796/2005\)](#)

XIX - deixar de providenciar o recolhimento após a retenção do imposto, dentro do prazo legal, na qualidade de tomador do serviço e nas hipóteses determinadas nesta Lei e na legislação tributária: multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor do imposto corrigido;

XX - ficar comprovada a existência do artifício ou outro meio fraudulento: multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor do imposto corrigido;

~~XXI - deixar de comunicar alteração de dados cadastrais, na forma do artigo 35 desta Lei: multa de 01 (uma) UFICA;~~

[XXI - deixar de comunicar alteração de dados cadastrais, na forma dos artigos 34 e 35 desta Lei: multa de 03 \(três\) UFICA's; \(Redação dada pela Lei nº 7796/2005\)](#)

XXII - deixar de atender à notificação expedida pela Fiscalização Municipal: multa de 05 (cinco) UFICAs.

[XXIII - deixar de apresentar a Declaração Mensal de Serviços - DMS - por meio eletrônico ou não: multa de 100 \(cem\) Uficas, por declaração não apresentada. \(Redação acrescida pela Lei nº 8305/2012\)](#)

~~**Art. 44** O disposto no artigo anterior aplica-se ao sujeito passivo isento do pagamento do imposto, quando se tratar de obrigação acessória.~~

Art. 44 [O disposto no artigo anterior aplica-se ao sujeito passivo previsto no Art. 40, quando se tratar de obrigação acessória. \(Redação dada pela Lei nº 7796/2005\)](#)

Art. 45 Ao tomador de serviço que deixar de reter o imposto devido nas hipóteses em que a lei determinar, será imposta multa no valor de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto corrigido.

Parágrafo único. Se efetuada a retenção, o tomador não providenciar o recolhimento respectivo no prazo legal, incorrerá em multa igual a 300% (trezentos por cento) sobre o valor do imposto corrigido.

CAPÍTULO XII DAS ISENÇÕES

Art. 46 São isentos do ISSQN os serviços:

I - de exposições cinematográficas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, realizados para fins assistenciais e educacionais, promovidos por entidades sem fins lucrativos e desde que a isenção seja previamente requerida;

II - prestados por motoristas de táxis;

III - vinculados às finalidades essenciais de Empresas Públicas Municipais ou Fundações Públicas Municipais;

IV - efetuados por:

- a) sapateiros-remendões, que trabalham individualmente e por conta própria;
- b) oficinas de conserto de bicicletas, cujo trabalho seja individual e por conta própria;
- c) o profissional, no seu domicílio, sem porta aberta para via pública, sem empregados, com receita bruta até 70 UFICAs anuais, não se considerando empregados os filhos e a mulher do sujeito passivo, e na

forma que o Poder Executivo fixar.

V - prestados por profissionais autônomos, não equiparados a empresárias, relacionadas abaixo:

a) arrumadeira, babá, caseiro, confeitoiro, copeiro, cozinheiro, doceiro, faxineiro, governanta, jardineiro, lavadeira, mordomo, passador de roupas, vigia;

b) alfaiate, bordador, buteiro, calceiro, camiseiro, caseador, cerzidor, costureiro, crocheteiro, tricoteiro;

c) barbeiro, cabeleireiro, depilador, manicure, pedicure;

~~d) afiador de ferramentas, afinador de instrumentos musicais, ajudante de transporte de carga, artista circense, adestrador de animais, ambulante, antenista, artesão, artista plástico, carregador, carroceiro, cobrador, datilógrafo, descarregador, desentupidor de esgotos e fossas, encerador, engraxate, entalhador, gandula, garçom, guardador de veículos, jóquei, lavador de veículos, manobreiro, mecanógrafo, mimiógrafista, músico, pescador, polidor, porteiro, professor, vaqueiro, vigilante, zelador;~~

d) afiador de ferramentas, afinador de instrumentos musicais, ajudante de transporte de carga, artista circense, adestrador de animais, ambulante, antenista, artesão, artista plástico, carregador, carroceiro, cobrador, datilógrafo, descarregador, desentupidor de esgotos e fossas, encerador, engraxate, entalhador, gandula, garçom, guardador de veículos, jóquei, lavador de veículos, manobreiro, mecanógrafo, mimiógrafista, músico, pescador, polidor, porteiro, pedreiro, vaqueiro, vigilante, zelador; (Redação dada pela Lei nº 7796/2005)

VI - de construções, reformas e acréscimos de moradia econômica, desde que, sendo residencial, preencha os requisitos abaixo:

a) seja unifamiliar, e não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea;

b) seja destinada exclusivamente à residência do proprietário;

c) seja construção térrea e não possua estrutura especial;

d) não possua área total superior a 40 m² (quarenta metros quadrados);

e) se constitua, através de comprovação, na única propriedade do imóvel do beneficiário;

f) o beneficiário comprove ter renda mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos nacionais;

VII - prestados por associações de classe, sindicatos e respectivas confederações, associações culturais, recreativas e desportivas, desde que compreendidos nas finalidades essenciais das referidas entidades;

VIII - de edificações, de reformas, de restauração ou conservação de templos de qualquer culto, desde que realizados sob o regime de mutirão ou quando forem prestados a título de colaboração de seus membros;

IX - de reforma, restauração ou conservação de prédios de interesses histórico, cultural, ou de preservação ambiental, assim reconhecido pelo órgão municipal competente, respeitado as características arquitetônicas das fachadas, com observância da legislação específica;

X - de competições desportivas promovidas por entidades sem fins lucrativos;

XI - relacionados ao recenseamento populacional realizado pelo IBGE.

§ 1º As comissões recebidas pelos distribuidores e vendedores de livros, jornais e periódicos estão isentas do ISSQN.

§ 2º A isenção concedida não implica em dispensa das obrigações acessórias a que se sujeita o sujeito passivo.

§ 3º A concessão de isenção fica condicionada à apresentação de requerimento, instruído com documentos comprobatórios, e poderá ser renovada anualmente, devendo o interessado promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 A paralisação da atividade econômica suspende a exigibilidade do crédito tributário originário do exercício das respectivas atividades, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 48 Os modelos de livros, documentos e formulários existentes nesta data continuarão a ser utilizados pelo sujeito passivo até a instituição de novos modelos.

Art. 49 Enquanto novo regulamento não for expedido pelo Poder Executivo, aplicar-se-á o Decreto nº 7, de 24 de janeiro de 1992.

Art. 50 Os prazos para o pagamento do imposto que não estão expressos nesta Lei serão fixados mediante ato do Poder Executivo.

Art. 51 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 19 de dezembro de 2003.

ARNALDO FRANÇA VIANNA
Prefeito

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS

1. SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CONGÊNERES.

- 1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas. - 2%
- 1.02 Programação. - 2%
- 1.03 Processamento de dados e congêneres. - 2%
- 1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos. - 2%
- 1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. - 2%
- 1.06 Assessoria e consultoria em informática. - 2%
- 1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. - 2%
- 1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. - 2%

2. SERVIÇOS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER NATUREZA.

- 2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. - 3%

3. SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE LOCAÇÃO, CESSÃO DE DIREITO DE USO E CONGÊNERES.

- 3.01 VETADO.
- 3.02 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. - 5%

3.03 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. - 5%

3.04 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. - 5%

3.05 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas e uso temporário. - 5%

4. SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERES.

4.01 Medicina e biomedicina. - 3%

4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. - 3%

4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatorios e congêneres. - 3%

4.04 Instrumentação cirúrgica. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.05 Acupuntura. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.07 Serviços farmacêuticos. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.10 Nutrição. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.11 Obstetrícia. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.12 Odontologia. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.13 Ortopática. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.14 Próteses sob encomenda. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.15 Psicanálise. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.16 Psicologia. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. - 3%

4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. - 3%

4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. - 3%

4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. - 5% 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. - 5% 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. - 5% 3% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

5. SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E CONGÊNERES.

5.01 Medicina veterinária e zootecnia. - 2%

5.02 Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. - 4%

5.03 Laboratórios de análise na área veterinária. - 3%

5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. - 2%

5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. - 3%

5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. - 3%

5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. - 3%

5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. - 5% 4% (Alíquota alterada pela Lei nº [7796/2005](#))

5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. - 5% ~~4%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~7796/2005~~)

6. SERVIÇOS DE CUIDADOS PESSOAIS, ESTÉTICA, ATIVIDADES FÍSICAS E CONGÊNERES

6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. - 2%

6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. - 5%

6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. - 5%

6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. - 5%

6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres. - 5%

7. SERVIÇOS RELATIVOS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, GEOLOGIA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONGÊNERES.

7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. - 4% ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~4%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS. - 5% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. - 4% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~4%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.04 Demolição. - 5% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres, exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS. - 5% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço. - 5% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. - 5% ~~2%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.08 Calafetação. - 5% ~~2%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. - 5% ~~2%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. - 5% ~~1%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. - 5%

7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. - 5% ~~2%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8280/2011~~) ~~5%~~ (Alíquota alterada pela Lei nº ~~8627/2015~~)

7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres. - 5%

7.14 VETADO.

7.15 VETADO.

7.16 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres. - ~~3% 2% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **3% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

7.17 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. - ~~5% 1% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

7.18 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. - ~~5% 1% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

7.19 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. - 5%

7.20 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. - ~~5% 2% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

7.21 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. - ~~2,5% 2% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **2,5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

7.22 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres. - ~~2,5% 2% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ **2,5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)**

8. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.

8.01 Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, inclusive educação profissional de nível básico, técnico e tecnológico. - 3% (**Vide Decreto nº 12/2015**)

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. - 4% (**Vide Decreto nº 12/2015**)

9. SERVIÇOS RELATIVOS A HOSPEDAGEM, TURISMO, VIAGENS E CONGÊNERES.

9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao ISSQN). - 5%

9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres. - 5%

9.03 Guias de turismo. - 5%

10. SERVIÇOS DE INTERMEDIACÃO E CONGÊNERES

10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. - 5%

10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. - 5%

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. - 5%

10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring). - 5%

10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. - 5%

10.06 Agenciamento marítimo. - 2%

10.07 Agenciamento de notícias. - 5%

10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer

meios. - 5%

10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. - 5%

10.10 Distribuição de bens de terceiros. - 5%

11. SERVIÇOS DE GUARDA, ESTACIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, VIGILÂNCIA E CONGÊNERES.

11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. - 5%

11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas. - 5%

11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas. - 5%

11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. - 2%

12. SERVIÇOS DE DIVERSÕES, LAZER, ENTRETENIMENTO E CONGÊNERES,

12.01 Espetáculos teatrais. - 3%

12.02 Exibições cinematográficas. - 3%

12.03 Espetáculos circenses. - 3%

12.04 Programas de auditório. - 5%

12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. - 5%

12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres. - 5%

12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. - 5%

12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres. - 3%

12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. - 5%

12.10 Corridas e competições de animais. - 5%

12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. - 3%

12.12 Execução de música. - 5%

12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. - 5%

12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. - 5%

12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. - 5%

12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. - 5%

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza. - 3%

13. SERVIÇOS RELATIVOS A FONOGRAFIA, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E REPROGRAFIA.

13.01 VETADO.

13.02 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. - 5%

13.03 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. - 5%

13.04 Reprografia, microfilmagem e digitalização. - 5%

13.05 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia. - 5%

14. SERVIÇOS RELATIVOS A BENS DE TERCEIROS

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto, exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS. - 5% **3% (Alíquota alterada pela Lei nº 7796/2005)**

14.02 Assistência técnica. - 5% **3% (Alíquota alterada pela Lei nº 7796/2005)**

14.03 Recondicionamento de motores, exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS. -

3%

14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus. - 3%

14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer. - 3%

14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. - 3%

14.07 Colocação de molduras e congêneres. - 3%

14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. - 3%

14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. - 3%

14.10 Tinturaria e lavanderia. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº 7796/2005)

14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. - ~~4%~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº 7796/2005)

14.12 Funilaria e lanternagem. - 3%

14.13 Carpintaria e serralheria. - 3%

15. SERVIÇOS RELACIONADOS AO SETOR BANCÁRIO OU FINANCEIRO, INCLUSIVE AQUELES PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELA UNIÃO OU POR QUEM DE DIREITO.

15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. - 5%

15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. - 5%

15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. - 5%

15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. - 5%

15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. - 5%

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. - 5%

15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. - 5%

15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins. - 5%

15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing). - 5%

15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. - 5%

15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados. - 5%

15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. - 5%

15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança

ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. - 5%

15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. - 5%

15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. - 5%

15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. - 5%

15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. - 5%

15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. - 5%

16. SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL.

16.01 Serviços de transporte de natureza municipal. - 3%

17. SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES.

17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. - 2%

17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres. - 2%

17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. - 2%

17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. - 4%

17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço. - 5%

17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. - 3%

17.07 VETADO.

17.08 Franquia (franchising). - 2%

17.09 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. - 3%

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. - 3%

17.11 Organização de festas e recepções; bufê, exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS. - 5%

17.12 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. - 5%

17.13 Leilão e congêneres. - 3%

17.14 Advocacia. - 3%

17.15 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. - 3%

17.16 Auditoria. - 3%

17.17 Análise de Organização e Métodos. - 3%

17.18 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. - 3%

17.19 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. - 3%

17.20 Consultoria e assessoria econômica ou financeira. - 3%

17.21 Estatística. - 3%

17.22 Cobrança em geral. - 3%

17.23 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). - 3%

17.24 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. - 3%

18. SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE SINISTROS VINCULADOS A CONTRATOS DE SEGUROS; INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA COBERTURA DE CONTRATOS DE SEGUROS; PREVENÇÃO E GERÊNCIA DE RISCOS SEGURÁVEIS E CONGÊNERES.

18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. - 3%

19. SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE BILHETES E DEMAIS PRODUTOS DE LOTERIA, BINGOS, CARTÕES, PULES OU CUPONS DE APOSTAS, SORTEIOS, PRÊMIOS, INCLUSIVE OS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E CONGÊNERES.

19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. - 5%

20. SERVIÇOS PORTUÁRIOS, AEROPORTUÁRIOS, FERROPORTUÁRIOS, DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS.

20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. - ~~2,5% 5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ 2,5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)

20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. - ~~2,5% 5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ 2,5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)

20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres. - ~~3% 5% (Alíquota alterada pela Lei nº 8280/2011)~~ 3% (Alíquota alterada pela Lei nº 8627/2015)

21. SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS.

21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. - 5%

22. SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA.

22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. - 5%

23. SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, DESENHO INDUSTRIAL E CONGÊNERES.

23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. - 3%

24. SERVIÇOS DE CHAVEIROS, CONFECÇÃO DE CARIMBOS, PLACAS, SINALIZAÇÃO VISUAL, BANNERS,

ADESIVOS E CONGÊNERES.

24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. - 5%

25. SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. - 5%

25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. - 2%

25.03 Planos ou convênio funerários. - 5%

25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. - 3%

26. SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS; COURRIER E CONGÊNERES.

26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres. - 5%

27. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

27.01 Serviços de assistência social. - 2%

28. SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.

28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. - 5%

29. SERVIÇOS DE BIBLIOTECONOMIA.

29.01 Serviços de biblioteconomia. - 3%

30. SERVIÇOS DE BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA.

30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química. - 3%

31. SERVIÇOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES E CONGÊNERES.

31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. - 5%

32. SERVIÇOS DE DESENHOS TÉCNICOS.

32.01 Serviços de desenhos técnicos. - 5%

33. SERVIÇOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO, COMISSÁRIOS, DESPACHANTES E CONGÊNERES.

33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. - 5%

34. SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, DETETIVES E CONGÊNERES.

34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. - 5%

35. SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS.

35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. - 5%

36. SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.

36.01 Serviços de meteorologia. - 2%

37. SERVIÇOS DE ARTISTAS, ATLETAS, MODELOS E MANEQUINS.

37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. - 5%

38. SERVIÇOS DE MUSEOLOGIA.

38.01 Serviços de museologia. - 2%

39. SERVIÇOS DE OURIVESARIA E LAPIDAÇÃO.

39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação, quando o material for fornecido pelo tomador do serviço. - 3%

40. SERVIÇOS RELATIVOS A OBRAS DE ARTE SOB ENCOMENDA.

40.01 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. - 3%

ANEXO II

TABELA DE ALÍQUOTAS FIXAS PARA PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS

SERVIÇO	ALÍQUOTA FIXA	
	ANUAL	(UFICAS)
A) Profissionais autônomos com nível superior ou profissional tecnológico, despachantes e provisionados.	12	
B) Profissionais autônomos com nível médio ou profissional técnico.	8	
C) Artistas, atletas, modelos e manequins.	4	
D) Demais profissionais.	isentos	

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/05/2016